Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 66, nº 5-6, maio-junho/1948, pp. 273-290

# Conferência do Senhor Capitão Gastão de Sousa Dias

*A sessão solene em que usou da palavra o ilustre colonialista Senhor Capitão de Sousa Dias foi presidida pelo Senhor Sub-Secretário do Estado das Colónias em representação de Sua Ex.ª o titular da pasta.*

*Na mesa tomaram também lugar o Senhor general Norton de Matos, general Ferreira Martins, coronel Mimoso Guerra e coronel Lopes Galvão.*

*Aberta a sessão usou em primeiro lugar da palavra o Senhor Coronel Mimoso Guerra, vice-presidente da Sociedade, que fez a apresentação do conferente com palavras de merecido louvor. O Senhor Capitão Sousa Dias além de colonial ilustre, que à Província de Angola tem dado o melhor da sua actividade, é professor de história do liceu Diogo Cão e é um publicista de grande e justificado renome. Militar ilustre a ninguém podia ser melhor confiado o estudo do feito de Salvador Correia de Sá, tendo a conferência sido escutada com justificado interesse. O seu interessante trabalho foi ilustrado com projecções luminosas para melhor ser acompanhado o descritivo do feito de armas que tão memorável ficou nos factos da história de Angola e na vida colonial do país.*

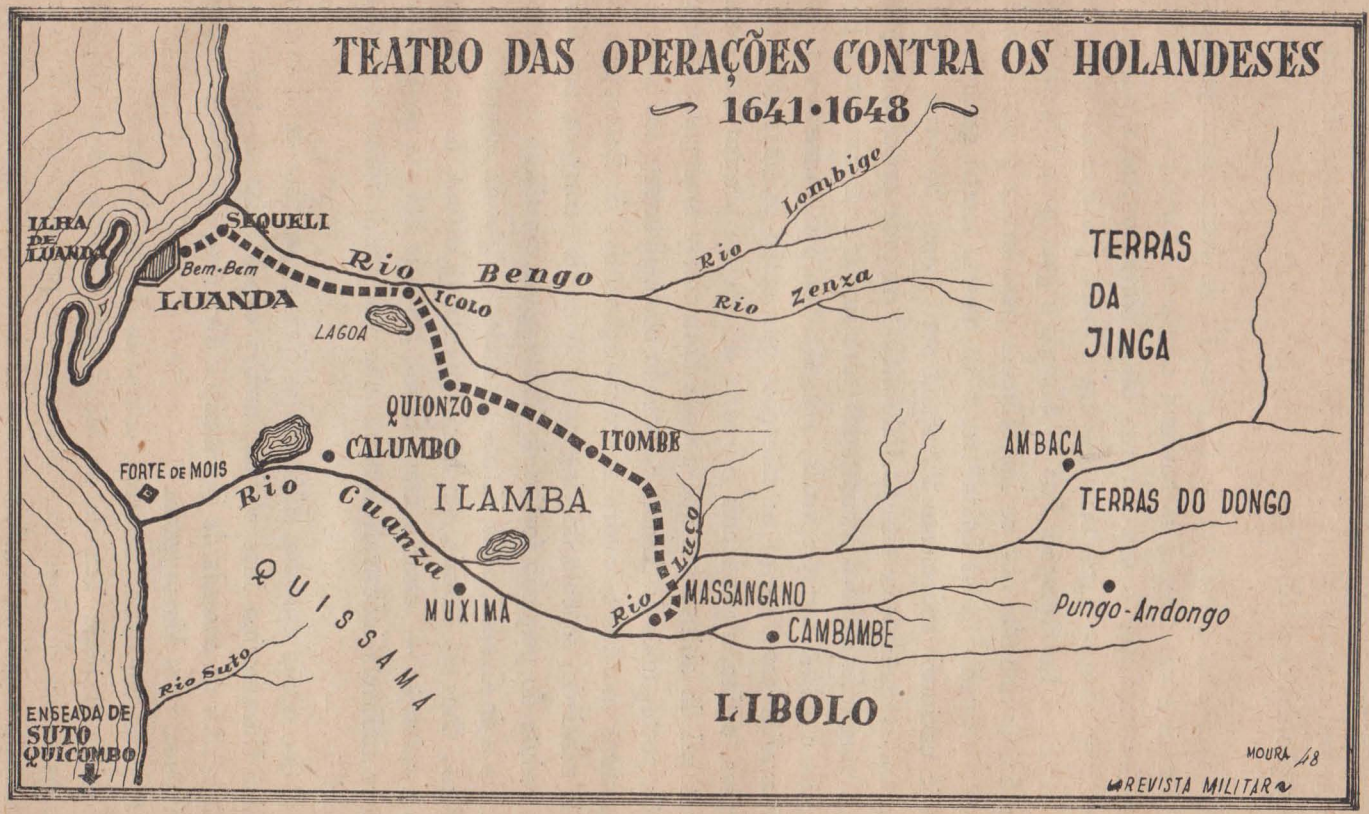
*No uso da palavra o conferente proferiu a seguinte oração:*

# Reocupação de Angola em 1648 - Acção Militar de Salvador Correia de Sá

Antes de iniciar a exposição do meu modesto trabalho, desejo dirigir à benemérita Sociedade de Geografia de Lisboa as minhas saudações. A tradição do seu esforço está na história colonial portuguesa como um norte orientador e animador de todos os grandes empreendimentos ultramarinos, despertando o interesse do País pelas colónias e apontando esse objectivo primordial como largo campo de acção para a iniciativa dos novos e para todas as energias expansionistas da Nação.

Nas horas críticas em que o património colonial se achou ameaçado, foi daqui que invariàvelmente partiu o brado de salvação. A gloriosa pleiade de homens que tornou possível o movimento da *Ocupação*, achava-se intelectual e moralmente ligada a este lar ultramarino que, através de tudo e contra tudo, manteve viva a chama sagrada da causa colonial. Aqui, onde Luciano Cordeiro advogou a necessidade inadiável de enviar ao coração da África as expedições científicas de Capelo e Ivens, Serpa Pinto e Henrique de Carvalho; onde o grande missionário padre Ernesto Lecomte ergueu a sua voz em prol das missões religiosas de Angola; onde Paiva Couceiro fez, em palavras sentidas, o elogio de Artur de Paiva, morto a caminho da Pátria, após tantos anos de luta por amor de Angola; e onde tantos portugueses ilustres têm vindo definir, com nítida e veemente clareza, o verdadeiro ideal da Nação — quer o destino que a minha voz se ouça também hoje para evocar a alta figura de Salvador Correia, a cuja serena e determinada audácia devemos todos a integridade da nova pátria atlântica, dessa terra encantada para que se voltam hoje com vivo interesse e justificada esperança os olhos do povo português.

Por isso, antes de entrar pròpriamente na matéria que me proponho desenvolver, quero deixar aqui as minhas saudações a quantos trabalham nesta casa hospitaleira, que sempre deu guarida a todos os anseios, a todas as aspirações e a todos os sonhos, directa ou indirectamente ligados à pros-




*Teatro das operações*

peridade dos domínios ultramarinos, que o mesmo é dizer à prosperidade da Pátria, sem esquecer a sua Secção de Ciências Militares, tão empenhada na realização destas celebrações.

É uso acusar a política de D. João IV de desinteresse pelo esforço que no Brasil e em Angola se realizou contra a usurpação holandesa. As dificuldades com que o seu governo lutou obrigavam-no a adoptar uma política, nem sempre clara, mas que era a única possível na hora terrível que se seguiu à Restauração. *Paz na Europa e guerra no Ultramar*, eis de facto o único caminho que se lhe oferecia para evitar a perda total das possessões ocupadas pelos holandeses e ao mesmo tempo garantir a independência nacional, rudemente ameaçada por Castela. Só quem tenha estudado desapaixonadamente este período difícil da vida nacional e apalpado as mil e uma dificuldades encontradas para firmar tratados com a França, a Holanda e a Inglaterra, e ainda, a seguir com a Dinamarca e a Suécia, poderá avaliar com justiça as intenções que então orientaram a política portuguesa, o tino, a prudência e o tacto de que foi preciso usar para salvar Portugal do abismo em que a cada hora esteve ameaçado de tombar!

Os portugueses de Angola, teimando obstinadamente em bater-se contra um clima mortífero, contra as tropas aguerridas do flamengo e contra o gentio rebelado, sedento de vingança e ávido de carnagem, acolhidos ao último reduto do pequeno fortim de Massangano, aninhado na confluência do Lucala e do Cuanza, onde já, nos afastados tempos da conquista, o valoroso Paulo Dias de Novais, em hora igualmente difícil, havia encontrado abrigo e salvação — esses homens fortes, em cuja alma a noção do dever se achava radicada indestrutìvelmente, não estavam de forma alguma abandonados!

E que o não estavam, dizem-no as duas expedições de socorro que o Conselho Ultramarino lhes enviou, ambas organizadas no Brasil, ambas desembarcadas na enseada de Quicombo e dirigidas, através da terra adusta da Quissama, para Massangano.

O primeiro destes socorros, composto de 260 homens e comandado pelo capitão António Texeira de Mendonça, levando como sargento-mor Domingos Lopes de Sequeira, alcançou nos primeiros dias de Abril de 1645 a costa angolana, fundeando em 12 do mesmo mês no pequeno porto

de Quicombo. Trágico destino o da maior parte dos homens que o constituiam: envolvidos em luta com os jagas antropófagos, foram quase totalmente chacinados nas terras de Indecuta. Desamparados, esgotadas as munições, foram tombando um a um, «e, tanto que caía algum, davam sobre ele com machadinhas, principal arma dos jagas, e em pedaços o faziam, e era ditoso aquele que lhe alcançava algum pedaço» (1).

Os sobreviventes desse desastre alcançaram o porto de Quicombo, «mirrados, amarelos, fracos, despidos e sem se poderem ter», das fomes, angústias e fadigas sofridas na terrível retirada.

Quando atingiram o porto, já ali se encontrava, chegada do Brasil, a expedição de Francisco Souto Maior, que os recolheu, tomando as medidas defensivas que a gravidade da situação impunha.

Esta nova expedição de socorro, transportada em três naus, era mais forte que a anterior e o seu comandante vinha com o encargo de assumir o governo de Angola, promovendo, adentro do possível, a sua reocupação. A marcha para Massangano, cruzando a Quissama, sob a ameaça do gentio rebelde e a ocultas do flamengo, que estabelecera o forte de Molls na foz do Cuanza, transportando artelharia e pesada impedimenta, é uma façanha de dura e obstinada energia, que claramente define a decisão de não abandonar Angola nem os seus valorosos defensores.

Francisco de Souto Maior, inteirado das violências praticadas pelo holandês, mau grado as tréguas que com ele haviam sido ajustadas, proclama solenemente a resolução de intensificar a luta. E logo inicia o prosseguimento das operações contra a rainha Jinga que, dando o braço ao invasor, constituia para os defensores de Angola uma gravíssima ameaça.

Mas a má sina parecia apostada em inutilizar a resistência desses homens.

Combalido pela acção do clima e pelos ásperos trabalhos que tinha de impulsionar, o governador Souto Maior tomba mortalmente doente. E, em poucos dias, a morte arrebatou aquele sobre quem convergiam todas as esperanças!

Eleita na sua falta uma Junta Governativa, composta dos experi-

---

(1) *Duas tentativas de reconquista de Angola, em 1645* — Artur Viegas, in *Revista de História*, n.º 45 — 1933, pág. 15.

mentados capitães Bartolomeu Vasconcelos da Cunha, António Teixeira de Mendonça e João Zuzarte de Andrade, a luta prossegue. Mas a bandeira portuguesa já só flutuava nos três fortins do Cuanza, Muxima, Massangano e Cambambe, últimos núcelos de uma defesa verdadeiramente desesperada, e não seria de estranhar que o desânimo atingisse os seus defensores, se esses homens, aquecidos pela fúria da resistência, se não achassem determinados a levá-la até ao último extremo.

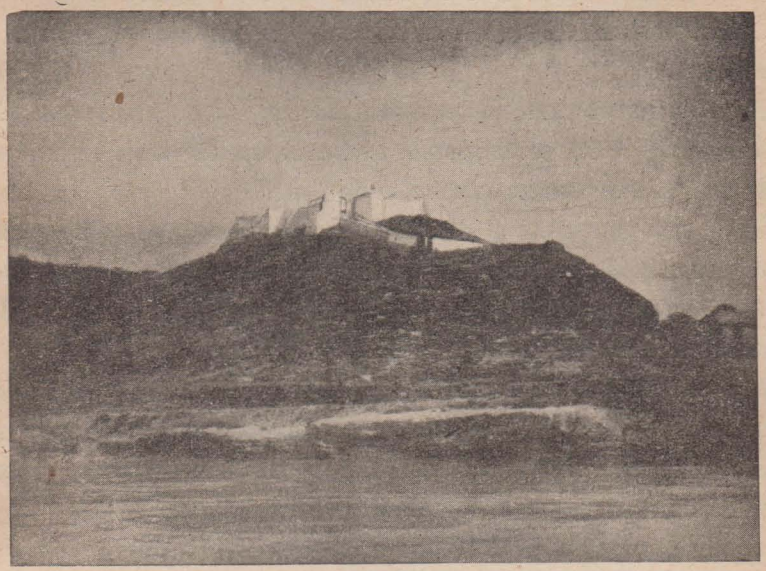
Essa resistência é um dos pontos culminantes da história angolana: se a dureza dessa gente rude tivesse então flectido, tudo se teria aniquilado e o destino de Angola teria sido muito outro do que realmente foi. E não só o destino de Angola, mas também o do Brasil, porque as duas colónias constituiam à data um verdadeiro bloco económico: dos braços de Angola dependia inteiramente a prosperidade do Brasil, sabido como é que a agricultura e as minas brasileiras se fomentavam pelo trabalho dos escravos que, através do Alântico, lhes eram enviados por Angola. No dia em que esta fugisse definitivamente das mãos de um dos contendores, o Brasil estaria para ele também irremediàvelmente perdido. Oliveira Martins caracteriza nìtidamente esta posição de interdependência: «Já senhores do norte do Brasil, considerando-se firmes em Pernambuco, os holandeses careciam como nós da África, dependência necessária da colónia americana, como mina de escravos» (1).

Por isso a luta em volta de Massangano assumia proporções de uma transcendente importância; e os seus defensores, concentrando em si as últimas energias, haviam já ultrapassado os limites da capacidade humana, sustentados pela consciência de que, nessa peleja extrema, um instante de desfalecimento poderia dar a perda, não só da terra que para eles era já uma segunda pátria, mas também de tudo quanto poderia ainda salvar-se do grande império ultramarino português, esfacelado pela incúria e pela incapacidade da administração filipina.

Por motivo das violências exercidas pelos holandeses sobre os já poucos defensores de Angola, toda a política conciliatória havia, porém, sido posta de parte; e a tomada de Luanda pela força das armas, passara

(1) *O Brasil e as Colónias Portuguesas* — Pág. 37.

a ser considerada como fulcro essencial da conservação do nosso sistema atlântico. O embaixador português na Haia, Francisco de Sousa Coutinho, sempre atentamente escutado por D. João IV, era o primeiro a apontar tal caminho: «Sobre Angola — escrevia dali ao rei o clarividente diplomata, em carta de 8 de Julho de 1644 — estou certo que teremos grandes dúvidas e que, se as armas de V. Majestade as não vencerem, não sei eu como nós



*Fortaleza de Muxima*

(Cliché cedido pela «Revista Militar»)

cá o poderemos fazer, *porque a Companhia das Índias Ocidentais está bem desenganada de que, logo que largar a praça de Luanda, lhe será forçado largas as praças do Brasil*».

As duas expedições a que atrás fizemos referência devem ser consideradas lògicamente como demonstrações do firme propósito de resolver pelas armas o pleito que se debatia para o domínio da costa angolana. E o empreendimento militar que se lhes seguiu, mais enérgico e servido por maiores forças, embora uma dissimulada política continuasse a manter as aparências, prova a decisão de reocupar a cidade de Luanda, cabeça de Angola, aliviando de vez os defensores de Massangano. Os acontecimentos subsequentes demonstrarão claramente a justeza dum tal plano.

Em Setembro de 1647, foi nomeado Salvador Correia de Sá, que à data se achava em Lisboa, Governador e Capitão General do Reino de Angola, com o encargo imediato da sua restauração. De ascendência brasileira, era filho de Martim de Sá, que fora governador do Rio de Janeiro, achando-se assim ligado pelo sangue às famílias de Mem de Sá e Estácio de Sá, fundadores daquela cidade. Nascido em 1594, de muito moço escolhera a carreira das armas, vendo-se empenhado nas lutas contra os índios e nas refregas marítimas de protecção aos comboios portugueses contra a pirataria holandesa.

Em 1625 encontramo-lo encorporado nas forças hispano-portuguesas que retomaram a Baía, participando assim duma das mais importantes façanhas da guerra que assegurou a posse do Brasil.

Não parou por aqui a sua actividade, quer como militar, nas províncias espanholas de Tucuman, São João e São Luís, nas margens do Paraguai, pelo que foi nomeado governador e capitão general do Rio de Janeiro, quer ainda como administrador das minas de S. Paulo.

Quando deflagrou a revolução de 1640, Salvador Correia aceitou entusiàsticamente os factos consumados e fez aclamar festivamente o novo rei português, sendo por este confirmado nos seus cargos como «vassalo de ânimo leal e bom português». Envolvido porém em acusações que se provou serem infundadas, parte para Lisboa a defender-se perante a corte; e, dentro de pouco tempo, a sua voz era escutada no Conselho Ultramarino, onde a reocupação de Angola figurava em plena ordem do dia.

De volta ao Brasil regula o grave pleito entre os missionários jesuítas e os colonos paulistas, acerca da mão de obra do índio; e, em 1644, é investido no cargo de general das frotas do Estado do Brasil, destinadas a escoltarem os navios que transportavam para Lisboa as grandes riquezas brasileiras.

Inteiramente empenhado na luta contra o halandês, numa das suas viagens à Europa leva apoio à insurreição de Pernambuco; e, quando em 1647 de novo se achava em Lisboa, foi-lhe confiada a difícil empresa da restauração de Angola. A expedição libertadora deveria ser por ele próprio organizada no Rio de Janeiro, cumprindo-lhe, como chefe militar experimentado, planear o assalto a Luanda, fortemente ocupada pelos holandeses. Deveria também ser ele mesmo a comandar a expedição que, sob a aparên-

cia de actuar apenas defensivamente e em desagravo dos vexames e crueldades sofridas pelos defensores de Massangano, procuraria contudo, para a consecução dos seus verdadeiros fins, estabelecer com eles as necessárias ligações.

Partiu de Lisboa comandando sete navios de guerra, com alguma infantaria, forças a que se juntaram no Rio de Janeiro outros cinco navios para ali destacados da armada do Conde de Vila Pouca, então fundeada na Baía. Para ocorrer às despesas da empresa, levanta entre os mercadores um empréstimo de 55 mil cruzados, o qual foi prontamente coberto, pois que, no dizer de Oliveira Cadornega, «era serviço de El-Rei e em utilidade de todas as praças do Brasil o restaurar-se Angola a respeito do comércio de escravos para a fábrica dos engenhos de açúcar e mais serviço daquele Estado, de que estavam todos mui faltos, em razão da ocupação de Angola pelo Flamengo».

A forte armada, constituída por 12 navios, parte do Rio de Janeiro em direcção a Angola, no dia 12 de Maio de 1648, transportando 1.200 homens de desembarque. Cruzando o Atlântico, a costa africana foi atingida pelas alturas do Cabo Frio; e, remetendo para Norte, a armada demandou o porto de Quicombo, a sotavento de Benguela, onde, num súbito temporal, se afundou a nau almirante, com perda de cerca de 300 homens.

Salvador Correia desembarca e reune um conselho de oficiais, no qual se debateu o problema capital: deveria marchar-se por terra, a caminho de Massangano; ou navegar directamente para Luanda, desfechando-se sobre a capital um golpe decisivo?

Parece que nesse conselho a opinião geral se inclinou para a repetição da marcha através da Quissama. Outro porém foi o parecer de Salvador Correia que, conhecedor das dificuldades das expedições anteriores e certamente escudado em ordens secretas que talvez o conselho desconhecesse, chamou para os seus ombros a grande responsabilidade do prosseguimento da navegação sobre Luanda, com o fim de a assaltar e tomar.

É este porém um ponto não completamente esclarecido e que só a aparição do documento secreto, se é que ele na verdade existiu, poderia aclarar devidamente. O cronista António de Oliveira Cadornega, testemunha directa dos acontecimentos, na sua *História Geral das Guerras Angolanas*, afirma de facto que, nesse conselho de Quicombo, os pareceres se

*Porta e Armas da Fortaleza de Muxima*

(Cliché cedido pela «Revista Militar»)

dividiram: «mas o nosso General, com o seu valoroso ânimo, não admitiu senão o daqueles que condiziam com o seu, em conseguirem a empresa a que vinham *e a ordem real determinava*».

Por outro lado, numa informação prestada por Salvador Correia a D. João IV, àcerca da situação e restauração de Angola, datada de 21 de Outubro de 1643, encontra-se este passo digno de consideração: «Esta armada pode ir ao sítio referido (1), com ordem que se manifeste sendo necessário, em que V. Majestade mande se tome porto para o comércio de seus vassalos, sem moléstia do holandês; e *em outra ordem secreta* pode V. Maj.de ordenar o que mais convenha ao seu serviço, *que a guerra consiste em estratagemas e eles* (os holandeses) *têm usado muitos*» (2).

Acompanharemos Oliveira Cadornega na descrição do assalto é capital de Angola, procurando seguir a marcha das colunas no desenvolvimento do plano de ataque concebido por Salvador Correia.

No próprio dia da chegada ao porto de Luanda, da armada ancorada por cima do forte do Penedo saíram, como emissários, os capitães Álvaro de Navais e Rubi, em direcção à cidade, para darem contas ao director holandês das intenções de Salvador Correia, comunicando-lhe «como era vindo àquele porto para recuperar aquela cidade, cabeça daquele reino, que havia ocupado por enterpresa contra a justiça e razão, que despejassem aquela praça, que lhes fariam toda a boa passagem com bons partidos».

Os holandeses pedem 8 dias de demora, findos os quais dariam a resposta à proposta de Salvador Correia. Os dois emissários redarguem que «a gente que traziam vinha desejosa de saltar em terra, enfadados da larga viagem que haviam trazido, e não podiam esperar tanto: que três dias lhe concedia o General para tomarem seu conselho e darem a resolução dele».

Assim ficou ajustado. E, findos os três dias, durante os quais Salvador Correia veio ao conhecimento de que a situação em Massangano se aproximava da última extremidade e de que, por seu lado, os holandeses

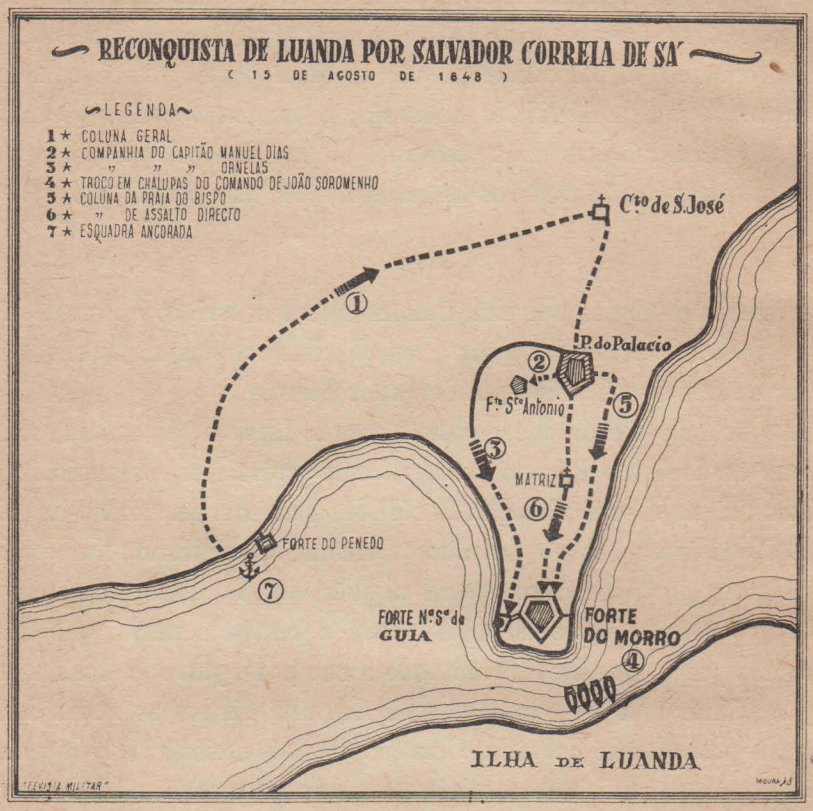
---

(1) Diz respeito à Barra do Bengo, onde o governador Pedro César de Meneses esteve estabelecido.

(2) *Arquivos de Angola* — 2.ª série, vol. II, pág. 109.

de Luanda estavam chamando à pressa as suas tropas do interior, os mesmos capitães voltaram a terra para receber a resposta definitiva do flamengo.

A bordo tudo ficara preparado para um desembarque imediato. E, logo que essa resposta foi conhecida — «que eles não se haviam de render


RECONQUISTA DE LUANDA POR SALVADOR CORREIA DE SÁ
( 15 DE AGOSTO DE 1648 )
LEGENDA
1 ★ COLUNA GERAL
2 ★ COMPANHIA DO CAPITÃO MANUEL DIAS
3 ★ " " " ORNELAS
4 ★ TROÇO EM CHALUPAS DO COMANDO DE JOÃO SOROMENHO
5 ★ COLUNA DA PRAIA DO BISPO
6 ★ " DE ASSALTO DIRECTO
7 ★ ESQUADRA ANCORADA
C.to de S. José
P. do Palacio
Fte Sto António
MATRIZ
FORTE DO PENEDO
FORTE Nsa Sa da GUIA
FORTE DO MORRO
ILHA DE LUANDA

*Reconquista de Luanda*

(Cliché cedido pela «Revista Militar»)

nem despejar a cidade que ocupada tinham; que estavam resolutos à defesa e ofenderem a quem os buscasse» — a um sinal combinado, a infantaria desembarcou e ganhou ràpidamente as barrocas fronteiras, atingindo as alturas que dominam o porto.

Aí se organizou o Esquadrão, já sob o fogo incerto da artelharia holandesa dos fortes de S. Paulo e de Nossa Senhora da Guia, onde os

ocupantes se haviam acolhido. As forças portuguesas adoptam uma formação com muita frente e pouco fundo, «indo os Cabos maiores nos lugares que lhe são dados, conforme a arte militar, levando o trem da artilharia os oficiais a quem tocava em seu lugar competente, tudo disposto com acordo e disposição do General e seus oficiais maiores». Assim se iniciou o avanço sobre a cidade, tendo sido nesse dia alcançado o convento de S. José, onde é hoje o Hospital de Luanda.

Era o dia 14 de Agosto de 1648.

A noite decorreu em calma e, ao abrigo da escuridão, as patrulhas portuguesas puderam proceder ao reconhecimento dos postos e trincheiras avançadas do inimigo, ocupados por irregulares muxiluandas.

Ao romper do dia seguinte, as forças retomaram a marcha de aproximação sobre a cidade, cobertas por duas companhias de mosqueteiros, comandadas pelos capitães Francisco Vaz Aranha e Manuel Dias, que fàcilmente repeliram os muxiluandas das trincheiras avançadas, e a defesa em breve procurou o abrigo das muralhas da fortaleza do Môrro, dando aso a que as companhias da vanguarda avançassem vigorosamente. Acima da fusilaria dos mosqueteiros, erguia-se o repicar dos sinos do Colégio da Companhia, até então residência do Director holandês, e agora imediatamente reocupado pelos seus antigos donos.

O capitão Manuel Dias desviou-se para o assalto ao forte de Santo António, cuja guarnição, em face da decisão dos atacantes, encravou a artelharia e se precipitou das muralhas, procurando também o acolhimento do forte do Môrro.

Entretanto Salvador Correia descera da praça à igreja matriz; e, para contrabater a artelharia holandesa que varejava a cidade, mandou estabelecer no adro da mesmau ma bataria com peças trazidas dos galeões, para daí alvejar directamente o forte do Môrro. O alvo era largo; e as balas tombavam às centenas no recinto da fortaleza, cujas entradas foram ràpidamente reconhecidas, em especial a porta voltada para a cidade.

Sem perda de tempo, o sargento-mor Diogo Coelho de Albuquerque dispõe as forças para a avançada sobre o Môrro, as quais foram organizadas em quatro colunas, com objectivos devidamente fixados. O primeiro desses troços, comandado pelo capitão Fonseca de Ornelas, deveria descer à Praia Grande, procurando alcançar, por uma rampa difícil, a fortaleza

de Nossa Senhora da Guia, que servia de paiol ao forte do Môrro; o segundo, dirigido pelo capitão João Sarmenho, com outros capitães e gente de bordo, deveria figurar um ataque em chalupas pelo lado do mar; o terceiro seguiria pela Praia do Bispo; e o quarto executaria a avançada directa sobre o Môrro.

O ataque porém, mercê da noite que descia, não manteve a necessária simultâneidade; e, dado o alarme por uma sentinela flamenga, a artelharia do Môrro rompeu fogo de bala miúda e pregos contra a coluna que, da Matriz, efectuava o ataque a peito descoberto, fazendo nela numerosos mortos e feridos.

Neste assalto houve actos de verdadeira bravura, tendo alguns soldados chegado a atravessar o fosso e subido a um dos baluartes; «mas, como foram poucos, e o inimigo numeroso pelo recinto da fortificação não ser muito dilatado, botaram os nossos abaixo, uns mortos e outros feridos, com o que haviam desfeito por este estilo o primeiro troço da nossa gente».

As restantes colunas foram chegando separadamente; e, quando surgiu a manhã, viu-se que as perdas eram grandes e que entre elas se contavam alguns dos oficiais que haviam comandado os assaltantes.

A natural confusão que entre estes reinava agora, não chegou a atingir o ânimo decidido de Salvador Correia, que, ao mesmo tempo que tomava as providências tendentes a socorrer os feridos, ondenava a intensificação do bombardeamento e a reorganização imediata das forças para um segundo assalto em plena luz do dia.

Mas, quando tudo se preparava para essa segunda avançada e a artelharia mantinha um intenso fogo de preparação, sùbitamente e com espanto de todos, no forte do Môrro ergueu-se bandeira branca e uma caixa de guerra fez chamada.

Tal oportunidade foi imediatamente aproveitada por Salvador Correia e prontamentes e estabeleceram os entendimentos preliminares da rendição dos holandeses. E breve, como convinha aos próprios sitiantes, já tão duramente experimentados, foram fixadas as condições, em termos verdadeiramente honrosos para os sitiados: abandonariam os fortes do Môrro e de Nossa Senhora da Guia, «com toda a honra e decoro, com gente formada, bandeiras tendidas, corda acesa, bala em boca, ao toque de suas caixas e clarins, por entre duas alas da nossa infantaria, com dois canhões

de bronze com as armas da Companhia de Holanda, marchando até à praia, onde seriam desarmados, levando toda a sua fazenda e fardagem que no forte tinham». Estas capitulações estendiam-se igualmente aos 300 homens que tinham em campo, bem como às guarnições das fortalezas da Barra do Cuanza, da Ilha do Ensandeira e Barra do Bengo, às quais, conjuntamente com as tropas rendidas, seria dado pronto transporte para o Brasil holandês.

Da leitura da *História Geral das Guerras Angolanas* ressalta uma curiosa lição a respeito dos meios defensivos empregados pelos holandeses durante o ataque à fortaleza do Môrro. Primeiramente menciona um ardil por eles usado, guarnecendo a parte rochosa do cêrro «de lençol branco pintado, que parece ao largo trincheira, como muitos se enganaram que o era na verdade», o que testemunha o emprego corrente dos modernos processos de camuflagem; depois, ao descrever a avançada sobre a fortaleza, revela o emprego de artifícios iluminantes para aumentar a visibilidade do campo de tiro: «sem embargo de ser noite, com artifícios de fogo aclaravam os Inimigos aos de quem eram acometidos, com que faziam seus tiros certos».

Daqui se verifica que os antigos já haviam experimentado largamente nas suas contendas e nas suas lutas, aquilo que consideramos infundadamente como invenções modernas do nosso engenho militar.

A queda de Luanda arrastou imediatamente consigo, como aliás era esperado, a rendição de Benguela e S. Tomé, a que se seguiu a de Benguela-Velha, Pinda e Loango. Toda a costa ocidental da África caía assim de novo em mãos portuguesas.

Tratava-se agora da pacificação do território angolano, tomando como base o justo castigo do Rei do Congo e da rainha Jinga, que se haviam bandeado com o holandês, e a recompensa dos potentados indígenas que, na dura crise da ocupação, se haviam mantido fiéis.

O rei do Congo, Garcia II, prontamente ameaçado pelas forças de Bartolomeu Vasconcelos da Cunha, viu-se na necessidade de enviar a Luanda uma embaixada, dirigida pelo missionário capuchinho frei Boaventura de Sorrento, pedindo perdão da sua atitude agressiva, perdão que lhe foi concedido sob pesadas condições, tendentes a inutilizarem de vez a

*Monumento a Salvador Correia* na cidade de Luanda

(Cliché cedido pela «Revista Militar»)

sua marcada rebeldia; e a rainha Jinga, acossada enèrgicamente pelo capitão Diogo Gomes de Morales, viu-se forçada a procurar refúgio nos confins dos seus domínios, de onde veio a enviar repetidas súplicas tendentes à obtenção do seu perdão.

E foi agora, neste momento em que a generosidade do vencedor deveria obter efeitos políticos apreciáveis, que o ânimo aberto e magnânimo de Salvador Correia se manifestou em toda a sua plenitude. Recompensou largamente todos quantos se haviam batido pela libertação de Angola, como se evidencia no *Livro das Patentes*, arquivado no Museu de Angola, ao mesmo tempo que, por essa forma, confiava a mãos absolutamente fiéis os últimos pormenores da reocupação e da administração de Angola; e aos chefes indígenas que se mantiveram leais, concedeu isenção de tributos, cumulando-os ao mesmo tempo de honrarias.

A sua clemência, passados os actos de repressão inicial, estendeu-se ainda aos próprios inimigos. Ao capitão João Guterres de Morais, nomeado sargento-mor do Congo, recomenda a respeito dos indígenas «o perdão dos seus crimes, como estão obrigados, evitando alguma farsa que os seus credores lhe façam pela satisfação das suas dívidas, fazendo-os cumprir com suavidade que se requer para súbditos novamente sujeitos».

É-nos impossível acompanhar os passos de Salvador Correia após a sua retirada de Angola, nem no governo da Capitania do Rio de Janeiro, nem em Lisboa como membro do Conselho Ultramarino, em cuja actuação se fizeram largamente sentir o seu saber e a sua experiência; também teremos de passar sobre a dolorosa crise política que deu origem ao destronamento de Afonso VI, a quem o glorioso chefe se manteve fiel, através de mil desgostos, afrontas e perigos.

Já muito velho, alquebrado pela doença e roído de amarguras, ao ter conhecimento de que, em Moçambique, o régulo Pate se rebelara contra a soberania portuguesa, oferece-se para ir combatê-lo, tentando ao mesmo tempo a travessia para a Costa Ocidental!

Mas a morte espreitava já o velho herói; e, a 1 de Janeiro de 1688, cerraram-se para sempre os olhos daquele que, tendo servido a sua pátria

em três continentes, havia conquistado para ela a joia de maior valia, que é hoje a grande, a rica e a esperançosa Colónia de Angola.

Aqueles que um dia serviram nesta Colónia ou a ela se acham ligados por laços de natureza moral ou material — e nesta sala se encontram algumas das mais nobres figuras da sua história moderna — ao considerarem que a sua salvação se deveu à espada impoluta desse varão assinalado, não podem deixar de venerar a sua memória, porque a perda de Angola teria correspondido a uma verdadeira mutilação no corpo da Pátria, cujas consequências não nos é lícito medir nem sequer de longe avaliar. Sem essa pedra fundamental, que, fronteira ao Brasil, domina sobranceiramente o Atlântico Sul, jamais poderiamos ter reatado a nossa tradição de povo navegador e colonizador, para quem o mar é um destino imperioso e o povoamento das terras africanas uma missão sagrada que, na nossa vida de povo livre, se impõe não apenas como condição essencial de existência, mas ainda como fonte de prestígio no mundo!